

PROCESSO - A.I. Nº 276473.1201/00-2
RECORRENTE - PASSARELA MÓVEIS LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO INOMINADO – Acórdão 2ª CJF nº 0264-12/02
ORIGEM - INFAZ TEIXEIRA DE FREITAS
INTERNET - 18.12.02

CÂMARA SUPERIOR

ACÓRDÃO CS Nº 0204-21/02

EMENTA: ICMS. INADMISSIBILIDADE DE RECURSO. Impossibilidade de apreciação por falta de previsão legal. Recurso **NÃO CONHECIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de um novo Recurso Voluntário, interposto pelo autuado após Decisão da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal que deu provimento parcial ao 1º Recurso Voluntário apresentado após o julgamento realizado pela 4ª Junta de Julgamento Fiscal, restando procedente em parte o Auto de Infração ora atacado.

O Recurso apresentado nada traz que pudesse ser fungido ao Recurso de Revista, tendo em vista que o autuado não apresenta nenhuma Decisão Paradigma, apenas pretende ver modificado mérito, sem contudo apresentar qualquer Decisão divergente acerca da mesma matéria tratada no Auto de Infração.

Em Parecer a PROFAZ opina pelo não conhecimento deste Recurso de Revista, considerando que em se tratando de um Recurso Inominado, não há previsão legal para que seja o mesmo apreciado pela Câmara Superior, sendo, inclusive, hipótese de indeferimento liminar.

VOTO

Da análise acerca das peças que compõem o presente Processo Administrativo Fiscal verifica-se que o presente Recurso não possui previsão legal.

Após o julgamento do Recurso Voluntário, somente seria possível a interposição de Recurso de Revista ou Recurso Especial, conforme o caso.

Na presente hipótese, não se pode aplicar o princípio da fungibilidade dos Recursos para analisá-lo como sendo Recurso de Revista, pois inexistente qualquer relação, por menor que seja com este tipo recursal, ao contrário, o que vemos é a interposição de um 2º Recurso Voluntário, o que é expressamente vedado pelo RPAF vigente.

Isto posto, voto pelo **NÃO CONHECIMENTO** do Recurso Inominado ora em apreciação.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da Câmara Superior do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO CONHECER** o Recurso Inominado apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 276473.1201/00-2, lavrado contra **PASSARELA MÓVEIS LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar pagamento do imposto no valor de **R\$6.289,84**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de novembro de 2002.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS – PRESIDENTE

VERBENA MATOS ARAÚJO – RELATORA

ADRIANA LOPES VIANNA DIAS DE ANDRADE – REPR. DA PROFUZ